

Doutrina Nacional

1. Tarifa módica — Serviços de qualidade: conceitos jurídicos indeterminados? - REGINA MARIA MACEDO NERY FERRARI
2. A dignidade da pessoa e os direitos econômicos, sociais e culturais: uma aproximação latino – americana - HUMBERTO NOGUEIRA ALCALÁ
3. A interpretação da lei como a interpretação da lei pelo cidadão comum – MARIA GARCIA
4. A teoria dos direitos fundamentais: uma análise comparativa das perspectivas de Ronald Dworkin e Robert Alexy - ANDREA NÁRRIMAN CEZNE
5. O biodireito e a redescoberta do ser humano - ANDRÉ PUCCINELLI JÚNIOR
6. O princípio do Estado de Direito à luz do pós-positivismo - LETÍCIA BALSAMÃO AMORIM
7. Dano moral e prisão em flagrante — RAQUEL ELIAS SANCHES RIBEIRO
8. A Constituição como sistema de princípios e regras — MARTA CRISTINA BIAZÃO MANZATO
9. A interpretação constitucional como adaptação histórica do conteúdo normativo da Constituição, frente as cláusulas pétreas - JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ
10. Coisa julgada inconstitucional e a aplicabilidade da ação Rescisória – ANGELO MIGUEL DE SOUZA VARGAS
11. O princípio da demanda nas ações coletivas do Estado Social de Direito — RENATO FRANCO DE ALMEIDA e ALYNE BAYERL COELHO
12. Premissas para uma adequada reforma do Estado — WILSON STEINMETZ

Doutrina Internacional

1. O Tribunal Internacional e os USA: considerações sobre a Resolução 1.422 do Conselho de Segurança — CLAUD KREB

2. Teoria em Relações Internacionais e o Direito Internacional Público — SORAYA DIB ABDUL-NOUR

3. Internalização e harmonização das normas de Direito do Consumidor no Mercosul - MÁRCIA CRISTINA PUYDINGER DE FÁZIO

4. Soberania e a proteção internacional dos Direitos Humanos: dois fundamentos irreconciliáveis - VALÉRIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

Parecer

1. Exclusão sumária do REFIS por ausência de cumprimento de requisito formal. Ofensa aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e motivação. Inconstitucionalidade da Resolução CG/REFIS 9 e 20. Ofensa aos princípios do contraditório, ampla defesa e boa fé e aos contidos nos arts. 170 e 174 da CF/88 - IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, JOSÉ RUBEM MARONE e SORAYA DAVID MONTEIRO LOCATELLI

Jurisprudência na Íntegra

1. STF – Controle de constitucionalidade – Ação direta de inconstitucionalidade – Julgamento do mérito – Declaração de inconstitucionalidade de lei – Decisão com eficácia *ex tunc* – Eficácia *ex nunc* reservada apenas para as decisões meramente cautelares, de acordo com o caso – AgAgIn 313.973-1-MG – 1.º T. – STF - Rel. MIN. SIDNEY SANCHES

2. TRF 4º Região — Meio ambiente – Exploração florestal – Renovação de autorização negada pelo Ibama em razão de tratar-se de área contígua à Mata Atlântica – Admissibilidade – Ecossistemas constitucionalmente protegido – Necessidade de interpretação do Código Florestal à luz do art. 225, § 4.º, da CF – Inadmissibilidade da alegação de direito adquirido que contrarie à Carta Magna – ApCív 1998.04.01.028862-7/SC – 4.º T. – TRF-4º Reg. - Rel. JUIZ DIRCEU DE ALMEIDA SOARES